

Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

Secretário: Bernardo Goytacazes de Araujo

Semesp

- ✓ **Missão:** planejar, coordenar e orientar a formulação e a implementação de programas e políticas educacionais, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, por meio de apoio técnico e financeiro aos entes federados, para efetivação do direito à educação e promoção da equidade, qualidade educacional, inclusão sócio educacional, eliminação de preconceitos e discriminação, enfrentamento das desigualdades, valorização das diferenças e da diversidade, respeito e dignidade.

Semesp

- ✓ **Visão:** ser reconhecida pela excelência na formulação e implementação de políticas que atendam às necessidades educacionais das pessoas com deficiência, das comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, do campo e fomento às tradições culturais brasileiras.

- ✓ **Valores:**
 - ✓ Inclusão
 - ✓ Equidade
 - ✓ Transparência
 - ✓ Respeito
 - ✓ Dignidade



Público das Modalidades

- ❖ Pessoas com deficiência
- ❖ Populações do campo
- ❖ **Povos indígenas**
- ❖ Remanescentes de quilombos
- ❖ Populações em situação de itinerância e vulnerabilidade
- ❖ Povos e comunidades tradicionais



Avanços da última década para a Educação Escolar Indígena

Nos últimos anos houve um conjunto de avanços para a política de Educação Escolar Indígena:

- ✓ Acompanhamento da condicionalidade da educação do Programa Bolsa Família – a partir de 2004.
- ✓ Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND – criado em 2005.
- ✓ I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – realizada em 2009.
- ✓ Diálogo com a sociedade civil por meio da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI – instituída em 2010. (Inclusive com pedido de continuidade desta comissão).
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 5 - publicadas em 2012.
- ✓ Programa Bolsa Permanência – criado em 2013. (4 mil vagas em 2019 – 500% a mais que 2018).
- ✓ Ação Saberes Indígenas na Escola – instituída em 2013.
- ✓ Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE) – criado em 2014.
- ✓ II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – realizada em 2018. (Que originou a demanda por elaboração do PNEEI).
- ✓ Projeto emergencial de construção de escolas indígenas no TEE Rio Negro – a partir de 2018.
- ✓ I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena – PNEEI – a ser lançado em 2019.

Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND

- ✓ Apoio a projetos de cursos de licenciaturas específicos de formação de professores indígenas para o exercício da docência nas escolas indígenas, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização do estudo em temas como línguas maternas, gestão, sustentabilidade das terras e culturas dos povos indígenas.
- ✓ Em 2018, foram descentralizados Termos de Execução Descentralizada (TEDs), no valor total de **R\$ 3.364.530,00** e ofertadas **1.229 matrículas**, para as seguintes Instituições: UFAM, UFMS, UFAC, UFSC, UFES, UFG e UFRN.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 5

- ✓ Orienta os sistemas de ensino na oferta da educação escolar indígena;
- ✓ Estabelece as competências no exercício do regime de colaboração, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;
- ✓ Normatiza dispositivos constantes na Convenção 169/OIT.

Programa Bolsa Permanência

- ✓ Concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial, a estudantes indígenas e quilombolas.
- ✓ A Portaria nº 1.240/2019, de 1º de julho de 2019 autorizou a abertura de novas inscrições no PBP, em 2019, para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais de ensino superior.

Ação Saberes Indígenas na Escola

- ✓ Promove, em regime de colaboração, a formação continuada de professores que atuam na Educação Escolar Indígena na educação básica;
- ✓ Oferece recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade;
- ✓ Oferece subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação;
- ✓ Fomenta pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.
- ✓ Em 2018, foi oferecida por 26 instituições de ensino superior, organizadas em 8 redes, com a oferta de **5.083 vagas**. O Ministério da Educação descentralizou **R\$ 1.967.580,69** (um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos) para **custeio da formação dos cursos** em 10 instituições por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, e o FNDE executou **R\$ 7.179.125,00** (sete milhões, cento e setenta e nove mil e cento e vinte cinco reais) no pagamento de **bolsas a cursistas e equipes pedagógicas**.

Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE)

- ✓ Planejamento de um conjunto de ações ministeriais de apoio técnico e financeiro à Educação Escolar Indígena, articuladas com ações de governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior, organizações indígenas e indigenistas e órgãos de governo, como a Fundação Nacional do Índio (Funai).

25 TEEs Pactuados

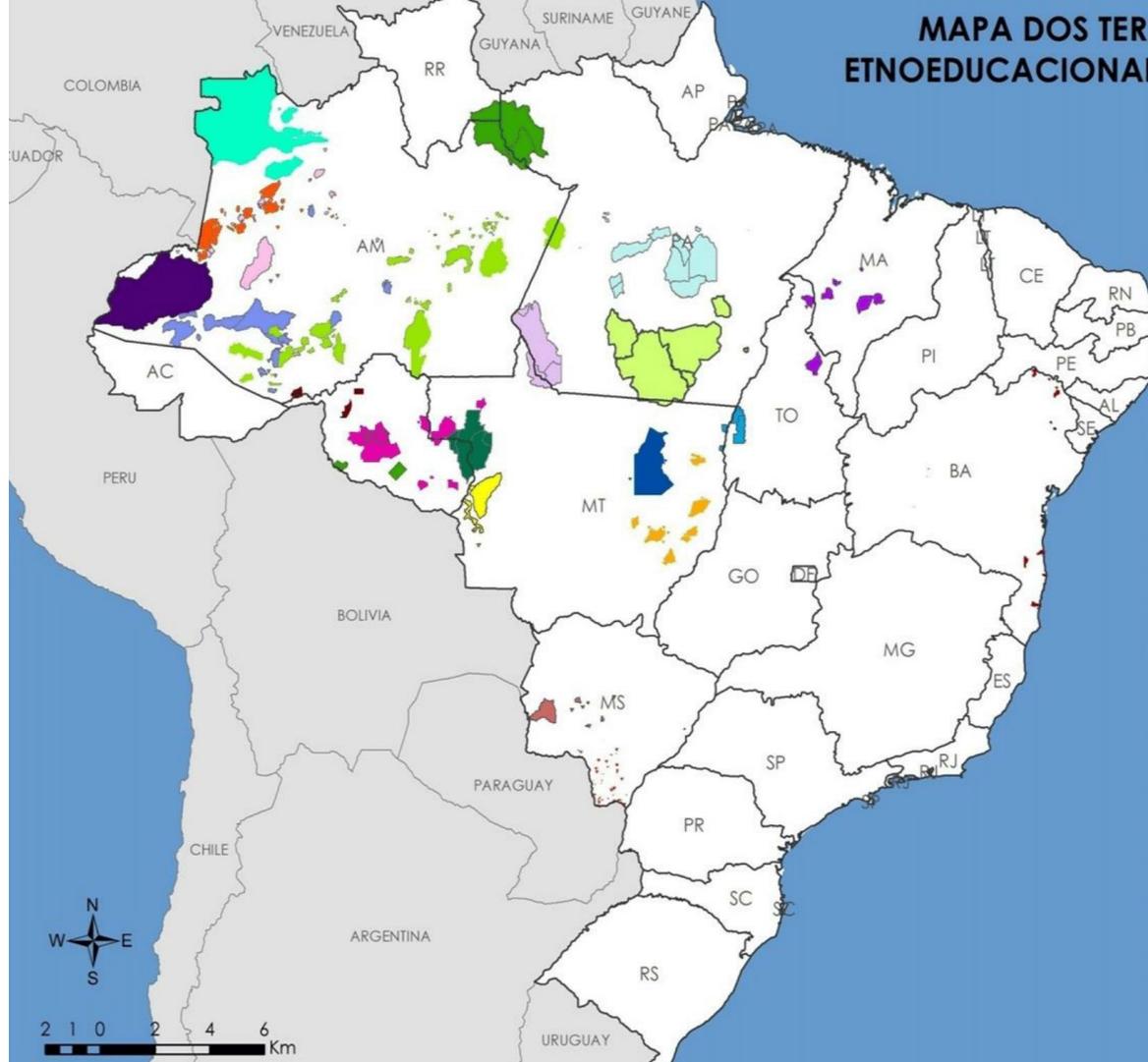
**3 TEEs em
implantação**

**13 TEEs em
Consulta**

MAPA DOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS PACTUADOS

Legenda

- Alto Solimões
- A'uwe Uptabi
- Baixo Amazonas
- Cinta Larga
- Cone Sul
- Ixamná
- Juruá/Purus
- Médio Solimões
- Médio Xingu
- Povos do Pantanal
- Pykakwatynhre
- Rio Negro
- Tapajós e Arapiuns
- Timbira
- Tupi Mondé
- Tupi Tupari
- Tupi Txapakura
- Vale do Araguaia
- Vale do Javari
- Xingu
- Yby Yara
- Yjhukatu
- UFs
- América do Sul
- Oceano



II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI

- ✓ Organizada pelo MEC com o tema “Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos povos indígenas”
- ✓ Constituiu-se como instância máxima de consulta aos representantes dos povos indígenas e de construção de proposições que devem orientar políticas e programas educacionais para a Educação Escolar Indígena em todas as esferas governamentais.
- ✓ Foi o resultado das articulações realizadas pelo movimento indígena, pela Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) e demais fóruns de lideranças e de professores indígenas no País. A sua realização resultou também das deliberações encaminhadas pela I CONEEI, ocorrida em 2009.

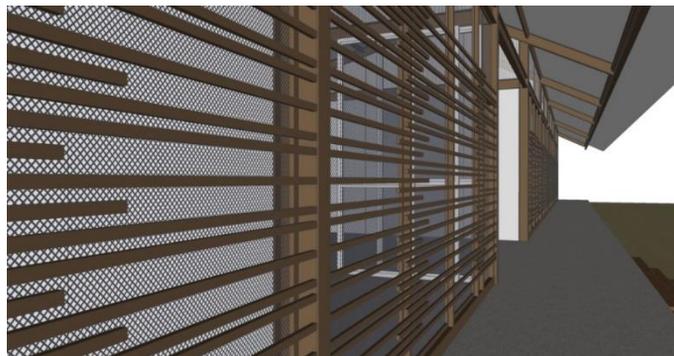
Anteprojeto de Engenharia – Concepção do Projeto



Acesso Principal



Pátio coberto/ Refeitório



Circulação salas de aula

I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena – PNEEI

- ✓ Marca o compromisso da União, dos Estados, dos Municípios e dos Conselhos de Educação em apoiar e implementar as vinte e cinco deliberações da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI).
- ✓ Conjunto de sessenta e oito iniciativas, distribuídas em metas e organizadas a partir de sete eixos estratégicos: I – Gestão da Educação Escolar Indígena e Regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; II – Territórios Etnoeducacionais; III – Infraestrutura; IV - Práticas pedagógicas e material didático; V – Valorização e formação de professores indígenas; VI - Oferta da Educação Escolar Indígena e do Ensino Superior; VII - Sistema de Avaliação da Educação Escolar Indígena.
- ✓ Objetivos: fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados, a participação social, a transparência das ações e a gestão por resultados, constituindo-se em instrumento de monitoramento, avaliação e controle social da Educação Escolar Indígena.

I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena – PNEEI

- O MEC realizará sete audiências públicas, ao longo de 2019, em todas as regiões do país, para possibilitar ampla participação na elaboração do documento de professores, estudantes, gestores indígenas, organizações indígenas e indigenistas, sistemas de ensino (estadual e municipal), instituições de Ensino Superior, Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, Secretarias e autarquias vinculadas ao MEC, Funai e demais órgãos que atuam com a educação escolar indígena nos respectivos estados da federação.
- Audiências públicas: Manaus (23/05) - Belo Horizonte (27/06) – João Pessoa (11/07) – Salvador (15/08) – Belém (18/09) – Chapecó (17/10) – Campo Grande (13/11).
- Em dezembro de 2019, o MEC lançará o I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena – I PNEEI.

Acompanhamento da condicionalidade da educação do PBF

O MEC acompanha a frequência escolar dos beneficiários* do PBF ao longo de 5 períodos do ano

16,1
milhões

de estudantes
beneficiários do
PBF

47,2%

das matrículas de
crianças e
adolescentes

133 mil

escolas com
beneficiários do PBF

* 6 a 17 anos

Fonte: Sistema Presença/MEC, 2018.

A condicionalidade da educação do PBF

Dados da frequência escolar do PBF

+ 56 mil

profissionais da
educação
envolvidos com o
acompanhamento

5.570

Municípios

27

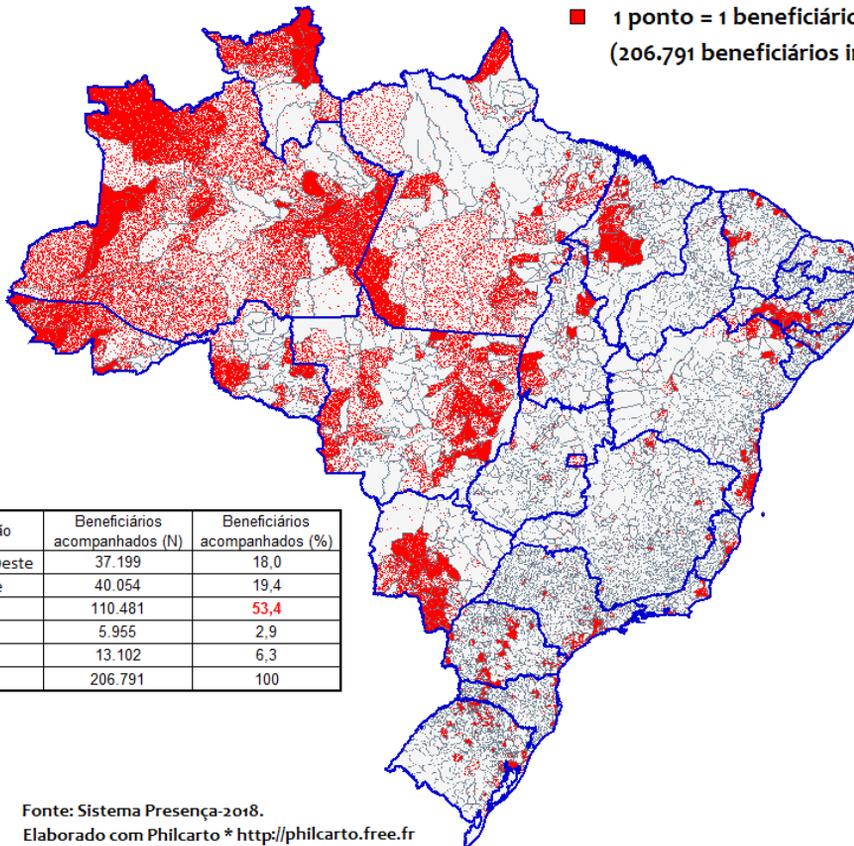
Estados (inclui DF)

Objetivo: combater o abandono e a evasão escolar e, estimulando a permanência e a progressão escolar de crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza

Fonte: Sistema Presença/MEC, 2018.

Indígenas acompanhados 2018

■ 1 ponto = 1 beneficiário
(206.791 beneficiários indígenas)



Região	Beneficiários acompanhados (N)	Beneficiários acompanhados (%)
Centro-Oeste	37.199	18,0
Nordeste	40.054	19,4
Norte	110.481	53,4
Sudeste	5.955	2,9
Sul	13.102	6,3
Brasil	206.791	100

Fonte: Sistema Presença-2018.
Elaborado com Philcarto * <http://philcarto.free.fr>

PAR

PAR - SALDO GLOBAL EM CONTA (ESTADOS)

Região

Rótulos de Linha	Ações Vigentes	Valor Pago Subação (R\$)	Soma de Saldo Bancário (R\$)
Centro Oeste	8	R\$ 4.481.197,26	R\$ 6.688.100,09
Nordeste	9	R\$ 8.350.425,88	R\$ 7.833.386,59
Norte	7	R\$ 44.469.877,67	R\$ 34.090.711,92
Sul	3	R\$ 1.461.020,98	R\$ 1.279.233,21
Total Geral	27	R\$ 58.762.521,79	R\$ 49.891.431,81

Observações:

1. Dados gerados a partir das informações extraídas do SIMEC/PAR 2011-2014 em 02/julho/2019.
2. Apenas aquelas que envolvem ações na modalidade educação indígena.
3. O saldo bancário é maior que o valor pago porque no caso dos Termos de Compromisso (TC) dos Estados, cada um poderia ter de 1 até 20 ações envolvendo programas da Secretaria.
4. Não há mais TCs vigentes nos estados de: Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e no Distrito Federal.

PAR

PAR - SALDO GLOBAL EM CONTA (MUNICÍPIOS)

Subações

Rótulos de Linha	Termos Vigentes	Valor Empenhado	Valor Pago	Saldo Bancário
2.3.3.3	44	R\$ 1.447.827,18	R\$ 1.349.541,72	R\$ 1.046.053,09
Centro Oeste	1	R\$ 10.129,80	R\$ 10.129,80	R\$ 10.434,67
Nordeste	34	R\$ 1.188.506,58	R\$ 1.090.221,12	R\$ 898.205,99
Norte	5	R\$ 138.331,56	R\$ 138.331,56	R\$ 46.190,42
Sudeste	2	R\$ 83.706,40	R\$ 83.706,40	R\$ 63.251,96
Sul	2	R\$ 27.152,84	R\$ 27.152,84	R\$ 27.970,05
2.4.1.5	250	R\$ 5.738.942,70	R\$ 4.862.226,70	R\$ 3.948.613,43
Centro Oeste	27	R\$ 798.283,80	R\$ 779.419,40	R\$ 726.745,02
Nordeste	116	R\$ 2.921.379,24	R\$ 2.426.226,32	R\$ 1.790.425,15
Norte	32	R\$ 628.622,38	R\$ 407.231,06	R\$ 367.274,26
Sudeste	41	R\$ 967.255,00	R\$ 853.427,64	R\$ 780.643,22
Sul	34	R\$ 423.402,28	R\$ 395.922,28	R\$ 283.525,78
Total Geral	294	R\$ 7.186.769,88	R\$ 6.211.768,42	R\$ 4.994.666,52

Evolução da Educação Escolar Indígena

Ano	Escolas	Matrículas
2014	3 104	235 038
2015	3 032	251 230
2016	3 188	251 707
2017	3 297	250 853
2018	3 345	255 888

Fonte: Censo da Educação Básica/INEP

Censo da Educação Básica INEP/2018

- Das 3.345 escolas indígenas existentes, segundo o Censo da Educação Básica/INEP de 2018:
- 1.029 escolas indígenas não funcionam em prédios escolares;
- 1.027 escolas indígenas não estão regularizadas por seus sistemas de ensino;
- 1.970 escolas não possuem água filtrada;
- 1.076 escolas não possuem energia elétrica;
- 1.634 escolas não possuem esgoto sanitário;
- 3.077 escolas não possuem biblioteca;
- 3.083 escolas não possuem banda larga;
- 1.546 escolas não utilizam material didático específico;
- 2.417 escolas não informaram o código da língua indígena;
- 3.345 escolas utilizam a língua indígena.

Metas para 2019

Formação Inicial

Nível	Público	Curso	Financiamento	Cursistas 2018	Cursistas 2019	Custo previsto 2019 (R\$)
Superior	Indígenas	Licenciatura Intercultural	TED	2.085*	1.890	4.777.575,00
Médio	Indígenas	Magistério	PAR	2.667	4.667	14.000.000,00
Superior	Indígenas	Licenciatura Intercultural	PAR	-	1.000	2.000.000,00

* Cursistas em formação a partir do 3º período.

Metas para 2019

Formação Continuada

Nível	Público	Curso	Financiamento	Cursisitas 2018	Cursisitas 2019	Custo previsto 2019 (R\$)
Aperf.	Indígenas	Saberes Indígenas	TED	792	792*	633.600,00

*Custo/aluno/ano: R\$ 800,00

Infraestrutura

Programa/Ação	Público	Escolas 2019	Estudantes 2019	Orçamento 2019
PDDE Água e esgotamento sanitário	Campo, indígenas e quilombolas	3.052	143.369	Necessário R\$ 78.967.000,00 Disponível R\$ 15.000.000,00
PDDE Campo	Campo, indígenas e quilombolas	5.000	1.443.745	Necessário R\$ 154.721.000,00 Disponível R\$ 15.000.000,00
Luz para todos na Escola	Campo, indígenas e quilombolas	4.936	153.679	<i>Orçamento do MME</i>
Construção de escolas no TEE	Indígenas	50	14.400	40.000.000,00

Regularização de Termos de Execução Descentralizada - TED

- Foi encaminhado o **Ofício-Circular nº 24/2019/GAB/SPO/SPO-MEC**, de 22 de maio de 2019, para os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e aos presidentes do FNDE e da CAPES, informando que o MEC irá cumprir o previsto na **Portaria nº 1.529/2014** e no **Acórdão do TCU nº 149/2019**, onde é previsto a obrigatoriedade em se ter todas as prestações de contas executadas para a celebração de novos termos.



Valorizar as diferenças e reconhecer a diversidade humana para promover a equidade social e ampliar a inclusão de todos e de cada um, sem discriminação ou preconceito.

OBRIGADO!